

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal do Brasil

Class.:

232

Data 19 de novembro de 1978

Pg.:

Darcy Ribeiro compara a emancipação do índio com teoria nazista de raça

Curitiba — As teorias nazistas de embranquecimento de raça influenciaram o projeto de emancipação do índio, segundo o antropólogo Darcy Ribeiro, que não vê como corretas as teses de que o projeto foi embasado na possibilidade de espólio de suas terras, porque somente um terço dos indígenas têm terras asseguradas".

"A única explicação para esta barbaridade é a existência de um tipo de pensamento brasileiro, que começa agora a mostrar seus poderes fascistas, que se envergonha de ser um país tropical, onde tem muito negro, muito mulato e muito índio".

DEMARCAÇÃO

Ainda esperando as cinco respostas às perguntas feitas ao Ministro Rangel Reis, através da revista *Cadernos de Opinião*, ele cobra da Funai a demarcação das terras, que ela mesma estabeleceu como prazo final o ano de 1978: "Em lugar de dar terra, fala em emancipação, ao invés de cumprir com as atribuições por ela mesmo impostas, torna-se objeto de escândalo internacional, porque os primitivos de um país não têm terra para viver".

Para ele, trata-se de uma questão também de ordem jurídica, na qual o índio ainda é visto como relativamente capaz, e que necessita de tutela orfanológica. "Neste caso, juristas colocaram a mulher casada, o débil mental, o menor e o índio na mesma condição, ao invés de declarar que a sociedade brasileira tinha gente de categorias diferentes, e que alguns eram moradores originais, com línguas e costumes próprios que deveriam ser respeitados. Os juristas equiparam no plano da lei, e isto foi um mal além de uma estupidéz, que deveria servir para proteção contra as perseguições". Mas, diz o professor Darcy Ribeiro, a lei que equiparou grupos, não criou as mesmas condições de respeito: "Qualquer índio maior de 18 anos pode emancipar-se, alfabetizar-se, negociar bens da terra dele, fazer Serviço Militar, ter carteira de identidade, título de eleitor, etc. O que o índio não pode, entretanto, é ser obrigado a todas estas coisas, como ser conscrito

nas fileiras do Exército, ter que ter bolso para guardar a carteira de identidade, etc. A chamada tutela orfanológica é artifício legal que foi inventado para dar ao índio uma proteção compensatória para as dificuldades que ele enfrenta. É, portanto, uma medida de garantias ao menor que trabalha. Mas a questão está que ninguém pode declarar que uma mulher é grávida ou não é para garantir uma igualdade. Não humilha, mas ampara a mulher, o menor e o índio. Então, por que emancipar?"

O antropólogo exemplifica que, "se o Ministro Rangel Reis decretasse que a família Canet não existia mais, ele poderia dividir os bens da família. Da mesma forma, se declara que uma tribo não existe mais, como o Caingang, fica fácil distribuir as terras para os afilhados do Ministro. Mas esta não é a questão principal."

Quando o Sr Darcy Ribeiro diz que esta não é a questão principal, se refere ao aspecto do preconceito racial, à vergonha de ser brasileiro: "É lamentável essa boçalidade, esta vergonha de ser um país que tem muita cobra, negros, mulatos e índios. Eu temo que ela esteja inspirando, no toque de caixa, para desindianizá-los. O que eles querem hoje é acabar com o índio, e amanhã com o negro, mulato, japonês e este país vai ser todo "branco", como querem os altos círculos, ao forçar o Projeto Rangel Reis. Neste sentido, a única saída é sensibilizar a opinião pública nacional e internacional".